

Dívida: erros do Cruzado.

A insolvência externa após um ano de reforma monetária é o pior resultado da política econômica. O périplo do ministro Funaro pelos Estados Unidos, Europa e Japão, tentando conversar com os governos sem apresentar um plano definido de política econômica; e, antes, a descontração exibida no dia seguinte à declaração de moratória, permitem supor que as autoridades acreditam estar fazendo o melhor. Isto é, que deixar de pagar os credores não é o resultado de uma política errática, mas talvez até um objetivo — incorporado pelo partido majoritário, o PMDB — como consequência natural da premissa de que remeter anualmente US\$ 4 ou US\$ 5 bilhões para o Exterior é inadmissível para um País com enormes carências internas e uma dívida de US\$ 108 bilhões.

Passadas três semanas da decisão unilateral, falta porém explicar custos e benefícios. E rejeição dos credores e a promessa de dias difíceis — com dificuldades comerciais crescentes — é um indício do que nos espera. Afinal, o chefe de família que consumisse a poupança e agora não tivesse dinheiro para o médico, não escaparia da qualificação de imprevidente.

O que ganhou o Brasil com a redução do superávit comercial de mais de US\$ 1 bilhão mensais até o primeiro semestre de 1986 para pouco mais de US\$ 100 milhões neste início de 1987, e a diminuição das reservas cambiais de cerca de US\$ 5 bilhões?

Em termos macroeconômicos, o País pouco ganhou, embora seus habitantes tenham consumido mais durante alguns meses. O Brasil importou cerca de US\$ 700 milhões em carne e leite, comprou cerveja e até café no Exterior. E principalmente reduziu a exportação — parte da produção não foi vendida lá fora, preservando mercados conquistados com trabalho, mas colocada aqui dentro, melhorando temporariamente o nível de vida dos brasileiros. Resta saber se foi só um momento de euforia ou algo que se possa preservar.

Em termos políticos, Sarney ganhou o aplauso de defensores antigos de moratória, como o deputado Fernando Gasparian e o senador Severo Gomes. Ou ainda apoio de novas lideranças, como o deputado catariense Luiz Henrique, em quem Funaro declarou ter encontrado um interlocutor assíduo, embora certamente não especializado em dívida externa.

Mas, afinal, qual a verdadeira política brasileira para o balanço de pagamentos? E qual o saldo líquido de uma diminuição decidida unilateralmente no pagamento da dívida?

Quanto à política para o balanço de pagamentos, há muito se sabia que a política doméstica havia sido considerada prioritária no curto prazo. Quanto aos resultados dessa deliberação de pôr em segundo plano a satisfação dos compromissos externos, a resposta poderá levar mais tempo para tornar-se nítida.

Entender a política cambial brasileira pós-cruzado exige desprezar a ortodoxia. O que faria um devedor bem comportado, como era o Brasil até agora? Esforçar-se em pagar as contas em dia, pretender taxas mais baixas e menores spreads, buscar reduzir o montante da dívida e, principalmente, tentar atrair capitais de investimento. Junto a tudo isso, preservar reservas cambiais era recomendável para negociar em posição mais forte.

Mas a política econômica fez o contrário. "Aparentemente, não há preocupações maiores com a dívida externa", comentou um economista de São Paulo. Relegar as contas cambiais ao segundo plano é assim uma das explicações para a saída de Fernão Bracher do Banco Central. Entre suas hipóteses de trabalho não estava a de decisões unilaterais, ante o risco de retaliações ou comprometimentos. A rigor, a atividade de exportação é geradora de empregos, tem assim utilidade social; a atividade de importação pode ser gravemente tolhida comprometendo a indústria local e agravando o desabastecimento; e a diminuição dos investimentos externos complica um pouco mais as coisas, porque o País precisa é de capitais e de investimentos fixos que assegurem um crescimento econômico sustentado e o aumento da oferta de bens necessária para satisfazer a demanda interna.

Antes do Plano Cruzado, o País esperava fazer US\$ 12,5 a US\$ 13 bilhões de superávit comercial, manter as reservas cambiais totais da ordem de US\$ 10,4 bilhões (esse número vinha sendo sucessivamente alternado nas informações do Banco Central), obter renegociação a longo prazo das dívidas com países (Clube de Paris) e bancos privados.

Por que o Plano Cruzado foi um desastre para a área externa?

Em primeiro lugar, entende um especialista que atua em um dos grandes bancos do País, porque era impossível manter o congelamento de preços — a face mais nítida do Plano — sem que o governo tivesse estoques reguladores de produtos, obrigando-se assim a gastar reservas para importá-los. Em segundo, porque o crescimento do mercado interno atuava em sentido contrário ao da exportação. Em terceiro, porque a relação câmbio-salário, que mede o favorecimento das exportações e o ônus para as importações, declinou acentuadamente: de 110 em 1984 (sobre uma base de 100 em 1983) para 101 em 1985 e para 86 no ano passado.

O ajustamento externo — segundo a publicação oficial da FGV — passa necessariamente por um realinhamento cambial acoplado ao reordenamento do setor público.

Em 1983/84, ocorreu de fato uma diminuição do déficit público, alguma contenção monetária e desvalorização real do cruzado — fatores que contribuíram para a recuperação das contas externas. Ao contrário, no ano passado o déficit público foi alto, a moeda correu solta até o início do segundo semestre e só a partir de novembro o governo aceitou que havia inflação, e assim começaram as minidesvalorizações do cruzado.

O economista de um grande banco comercial observa que o Brasil sequer aproveitou bem a economia de US\$ 1 bilhão na compra de petróleo — mais barato em 1986 — acreditando que os recursos teriam sido melhor empregados em máquinas e equipamentos do que em importações de alimentos associadas a complicadores e dúvidas.

"Além disso — acrescenta o economista — o governo poderia ter acertado os preços relativos de algumas empresas, tolerando uma inflação de 2 a 3% ao mês, saindo do fetiche da inflação zero e permitindo, dessa forma, recomposições indispensáveis para a atividade exportadora."

Nos próximos dias, as agências de bancos brasileiros no Exterior saberão com mais clareza qual a disposição dos credores após a suspensão dos pagamentos. E nas próximas semanas, será possível avaliar os custos da política econômica — baseada num plano que em sua primeira fase, esgotou-se — sobre as relações brasileiras com o Exterior.

A suspensão dos pagamentos externos foi feita para evitar uma recessão interna, presumível a partir de um novo favorecimento às exportações. Mas se o desaquecimento e a seguir a recessão vierem apesar da postura externa, estará claro que, como no Plano Cruzado, as autoridades se enganaram.

Fábio Pahim Jr.